



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES

CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS-CCJE

Departamento: Gemologia

Disciplina: Requisitos Ambientais para Atividades Mineradoras

Código: GEM06814

Carga Horária Semestral: 60h/a

Créditos: 04

Professor: Neiva Lima dos Santos Buaz

Período: 2022/2

PLANO DE ENSINO

EMENTA

HISTÓRIA DA MINERAÇÃO AMBIENTAL, POLUIÇÃO AMBIENTAL, MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE, SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS.A ÁGUA E O MEIO AMBIENTE,A TUTELA CONSTITUCIONAL E PREVENTIVA DO MEIO AMBIENTE,PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL,COMPETÊNCIAS AMBIENTAIS NA CF/88 E NA LEI COMPLEMENTAR 140/2011,CONFLITOS ENTRE LEIS ESPECIAIS E GERAIS,POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE,PRINCIPAIS ÓRGÃOS AMBIENTAIS E COMPETÊNCIAS,LICENCIAMENTO AMBIENTAL:ETAPAS ;COMPETÊNCIAS E RESTRIÇÕES TÉCNICAS E JURÍDICAS.ESTUDO DO IMPACTO AMBIENTAL (EIA,RIMA).A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL,PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL.RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA,CIVIL E CRIMINAL POR DANOS CAUSADOS.ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.AÇÃO CIVIL PÚBLICA.REQUISITOS DE VALIDADE DOS AUTOS DE INFRAÇÃO.ATIVIDADE MINERAL EM ÁREAS DE CONSERVAÇÃO E DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, RESERVA LEGAL. INDENIZAÇÕES E PENALIDADES.

A. OBJETIVO

B. **Levar ao discernimento acerca dos principais conceitos e evolução Jurídica da Legislação Ambiental. Estudar e aplicar as relações jurídicas existentes entre o meio ambiente e as atividades Mineradoras. Proporcionar aos alunos, conhecimentos da Legislação adequada e identificação de impactos ambientais. Identificar riscos da atividade mineral e ambiental. Conhecimentos das Leis aplicação das Políticas Ambientais. Estudo e aplicação da Constituição Federal, do Código Ambiental, Código das Aguas, Leis e Decretos Ambientais aplicados as atividades Mineradoras.**

C.PROGRAMA

1. Introdução ao Direito Ambiental (Histórico e evolução dos conceitos ambientais)

2. Direito Ambiental Aplicado à Mineração (Legislação aplicável, princípios constitucionais e as regras básicas aplicadas à lei ambiental) pág.11 a 17, William Freire combinado com Uile Reginaldo Pinto – Legislação Ambiental bibliografia recomendada.

3. Poluição Ambiental, Gestão Ambiental e Competitividade: William Freire e Silvia Capelli.

Nota: os itens 1,2,e 3 serão ministrados em 1 aula síncrona, de 1:00 hora, acrescido de mais três aulas assíncronas, vídeo aula às quintas-feiras de 14:00 às 18:00 horas.

4.Mineração, Meio Ambiente Saneamento e Resíduos Sólidos

5.A Agua e o Meio Ambiente

Nota: os itens 4 e 5 serão ministrados em 1 aula síncrona de 1:00 hora, acrescido de três horas aulas assíncronas no mesmo dia às quintas-feiras de 14:00horas às 18:00 horas.

6.Tutela Constitucional e Preventiva do Meio Ambiente Constituição Federal Capitulo VI - Do Meio Ambiente Art. 225, páginas 461 e 462, Uile Reginaldo Pinto, bibliografia recomendada e Constituição Federal.

7.Princípios do Direito Ambiental

8.Competências Ambientais na CF/88 e na Lei Complementar 140/2011 e seus conflitos

9.A política nacional do Meio Ambiente- Decreto N° 99.274, 6 de junho de 1990 (política nacional, estrutura, constituição e funcionamento, competência, atuação, áreas de proteção e penalidades relacionados ao meio ambiente) páginas 543 a 554 do UILI Reginaldo Pinto e William Freire pág.31 a 47- bibliografia recomendada.

10.Principais Órgãos Ambientais e Competências- IBAMA, CONAMA E SISNAMA:

11.Licenciamento Ambiental e suas Etapas, Competências e Restrições Técnicas e Jurídicas (Seção V da Lei 11.284 de 02/03/2006 combinado com o Decreto n° 99.274 de 06 de junho de 1990–Do Licenciamento Ambiental (objetivos, aspectos jurídicos, competência, restrições técnicas e jurídicas, penalidades, recursos administrativos e judiciais do licenciamento ambiental) dos livros recomendados Uile Reginaldo Pinto e William Freire

12.Estudo do Impacto Ambiental (EIA- RIMA) -O estudo do impacto ambiental “EIA” e o relatório de impacto ao meio ambiente “RIMA” Decreto n°97.632,10 de abril de 1989, para a exploração de recursos minerais e demais legislações aplicáveis.

13. A Proteção Constitucional e Infraconstitucional do Patrimônio Cultural e Proteção do Patrimônio Ambiental: pág. 137 e pág. 155 - William Freire da bibliografia recomendada.

14. Responsabilidade Administrativa, Civil e Criminal por Danos Causados- pág. 543 Uile Reginaldo Pinto - Decreto 99.274 de 06/06/1990 que regulamenta a Lei 6.902 de 27 de abril de 1981 e a Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981

15. Ação Civil Publica e Regularização perante o DNPM: (órgãos ambientais, validade de licenças ambientais, o registro das empresas, gestão ambiental e competitividade), pág.19 a 30, William Freire e Legislação Aplicável de Lili Reginaldo Pinto, bibliografia recomendada.

16. Validade dos Autos de Infração e de Outras Exigências, Notificações – pág. 31 e pág. 97 - William Freire da bibliografia recomendada.

17. Atividade Mineral em Áreas de Conservação e de Preservação Permanente, Reserva Legal - Criação de estações ecológicas –parque nacional sobre área mineralizada, indenizações cabíveis A orientação do STJ- bibliografia recomendada

18. Indenizações e Penalidades - pág. 478 Lili Reginaldo Pinto da bibliografia recomendada.

Nota: os itens de 6 a 18 serão ministrado em 1 aula cada, de 4 horas por semana às quintas –feiras de 14:00 às 18:00 horas.

D. METODOLOGIA

Procedimentos:

A disciplina será ministrada por meio de:

- Aulas presenciais das 14:00 as 18:00 horas, de 1:00 hora/aula cada totalizando 4 horas aula por semana totalizando 60:00 horas aula no semestre, e através da plataforma Google/meet e/ou Classroom, com participação direta do professor teremos atividades/exercícios e pesquisa direcionadas dos temas definidos pelo professor, cumprindo todo o programa estabelecido na Letra C do Plano de Ensino. Participação dos alunos matriculados.

Recursos:

-Aulas presenciais com utilização de: Quadro, pinceis, Vídeos, slides e exploração de textos diversificados.
- Projetor de multimídia (Datashow);
-Orientação na pesquisa para baixa de obras específicas.
-Plataforma Google/meet.- Classroom exercícios .

E. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

O sistema de avaliação será estruturado como se segue:

- a) Participação nas aulas – 75% de presença obrigatória.
- b) Dois trabalhos individuais ou em grupo escritos.
- c) Duas provas escritas, uma no meio do semestre e outra no final e prova final/calendário de provas /UFES, para os alunos que não alcançaram media 7,0.
- d) A nota final do aluno será obtida através da soma das notas auferidas durante o período/semestre (provas escritas / dois trabalhos escritos e apresentação/seminário, +presença obrigatória de 75%), enviados para o e-mail do professor: neivabuaiz9@gmail.com
- e).As notas obtidas bem como a média final serão enviadas para cada aluno via e-mail.

f). Os alunos que obtiverem média parcial inferior a 7,0 terão o direito a fazer prova final, devendo alcançar média final igual ou superior a 5,0 para aprovação.

g) Observação importante: Tendo em vista o que dispõe a legislação educacional e as normas da UFES, só obterá crédito e nota na disciplina o aluno que comparecer no mínimo a 75% das aulas ministradas presencialmente. O não cumprimento dessa exigência implica na reprovação com nota zero, independentemente do resultado das avaliações.

h) Alunos com necessidades especiais terão suas avaliações em conformidade com as necessidades apresentadas.

NOTA: Os temas dos trabalhos serão sugeridos e orientados pela professora e terão os seguintes pesos: de 0 a 10 cada trabalho, levando em consideração a média aritmética de ambos os trabalhos, notas das provas escritas acrescidas da nota da frequência, (média aritmética). totalizando 100%.

F. BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1-PINTO, Lili Reginaldo- Consolidação da Legislação Mineral e Ambiental-11ª Edição Atualizada até 01/04/2008, Brasília 2008. 670 p. combinado com a 9ª edição, Brasília 2004.589p.

2-FREIRE, WILLIAM - Direito Ambiental Aplicado a Mineração. Editora Mineira, Livros jurídicos LTDA. Belo Horizonte MG 2005.213 p.

3-MARCHESAN, Ana Maria Moreira, Capela, Sílvia - Direito Ambiental- 7. Edição- Porto Alegre- 416 p. Editora; Verbo Jurídico

G. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1-DIAS, R. *Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade*. São Paulo: Atlas, 2006.

2-DONAIRE, D. *Gestão Ambiental na empresa*. São Paulo: Atlas, 1999.

3-GHERSI, CARLOS ALBERTO, LOVECE, GRACIELA, WEINGARTEN, CELIA: *Danos al ecosistema y al medio ambiente-2ª EDICIÓN*, Ed. Ástrea DE Alfredo Y Ricardo Despalma-CIUDAD DE BUENOS AIRES,2012

4-KNIGHT, A.a. HARRIGTON, J.A *Implantação de ISSO 14000 – Como atualizar o sistema de gestão ambiental com eficiência*. São Paulo: Atlas, 2001. ROLES Ar. *Custos de Qualidade: Aspectos de gestão ambiental*. São Paulo, 2003

5-DANTAS, Marcelo Buzego. LEITE, José Rubens Morato. *Aspectos Processuais do Direito Ambiental*. 2 ed. São Paulo: Forense Universitária, 2004.

Observação 1: AS BIBLIOGRAFIAS DIGITAIS DE RECONHECIDAS RELEVÂNCIAS SERÃO SUGERIDAS À TURMA DE ACORDO COM A DEMANDA DOS ALUNOS AO LONGO DO SEMESTRE.

Observação 2:

NOSSAS AULAS SERÃO PRESENCIAIS:

DE 14:00 AS 18:00 HORAS TOTALIZANDO: 60:00 HORAS/AULA - (AULA PRESENCIAL, VIDEOS, SLIDES, ORIENTAÇÃO DOS TRABALHOS)

TOTALIZANDO 60 HORAS AULAS CONFORME PLANO DE ENSINO

PROF: NEIVA LIMA DOS SANTOS BUAIZ

Cronograma:

Aula	Data	Descrição	Exercícios	Obs
01	15/09/2022	<p>1. Introdução ao Direito Ambiental (Histórico e evolução dos conceitos ambientais)</p> <p>2. Direito Ambiental Aplicado à Mineração (Legislação aplicável, princípios constitucionais e as regras básicas aplicadas à lei ambiental) pág.11 a 17, William Freire combinado com Uile Reginaldo Pinto – Legislação Ambiental bibliografia recomendada</p>	Disponibilizado na plataforma Google Classroom	
02	22/09/2022	<p>Poluição Ambiental, Gestão Ambiental e Competitividade: William Freire e Silvia Capelli Mineração, Meio Ambiente Saneamento e Resíduos Sólidos A Agua e o Meio Ambiente</p>	Disponibilizado na plataforma Google Classroom	
03	29/09/2022	<p>Tutela Constitucional e Preventiva do Meio Ambiente Constituição Federal Capitulo VI - Do Meio Ambiente Art. 225, páginas 461 e 462, Uile Reginaldo Pinto, bibliografia recomendada e Constituição Federal.</p>	Disponibilizado na plataforma Google Classroom	
04	06/10/2022	Princípios do Direito Ambiental	Disponibilizado na plataforma Google Classroom	
05	13/10/2022	Competências Ambientais na CF/88 e na Lei Complementar 140/2011 e seus conflitos	Disponibilizado na plataforma Google Classroom	
06	20/10/2022	<p>A política nacional do Meio Ambiente- Decreto N° 99.274, 6 de junho de 1990 (política nacional, estrutura, constituição e funcionamento, competência, atuação, áreas de proteção e penalidades relacionados ao meio ambiente) páginas 543 a 554 do UILI Reginaldo Pinto e William Freire pág.31 a 47- bibliografia recomendada.</p>	Disponibilizado na plataforma Google Classroom	
07	27/10/2022	Principais Órgãos Ambientais e Competências- IBAMA, CONAMA E SISNAMA	Disponibilizado na plataforma Google Classroom	
08	03/11/2022	<p>Licenciamento Ambiental e suas Etapas, Competências e Restrições Técnicas e Jurídicas (Seção V da Lei 11.284 de 02/03/2006 combinado com o Decreto n° 99.274 de 06 de junho de 1990—Do Licenciamento Ambiental (objetivos, aspectos jurídicos, competência, restrições técnicas e jurídicas, penalidades, recursos administrativos e judiciais do</p>	Disponibilizado na plataforma Google Classroom	

		licenciamento ambiental) dos livros recomendados Uile Reginaldo Pinto e William Freire		
09	10/11/2022	Estudo do Impacto Ambiental (EIA-RIMA) -O estudo do impacto ambiental "EIA" e o relatório de impacto ao meio ambiente "RIMA" Decreto nº97.632,10 de abril de 1989, para a exploração de recursos minerais e demais legislações aplicáveis.	Disponibilizado na plataforma Google Classroom	
10	17/11/2022	A Proteção Constitucional e Infraconstitucional do Patrimônio Cultural e Proteção do Patrimônio Ambiental: pág. 137 e pág. 155 - William Freire da bibliografia recomendada	Disponibilizado na plataforma Google Classroom	
11	24/11/2022	Responsabilidade Administrativa, Civil e Criminal por Danos Causados- pág. 543 Uile Reginaldo Pinto - Decreto 99.274 de 06/06/1990 que regulamenta a Lei 6.902 de 27 de abril de 1981 e a Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981	Disponibilizado na plataforma Google Classroom	
12	01/12/2022	. Ação Civil Publica e Regularização perante o DNPM: (órgãos ambientais, validade de licenças ambientais, o registro das empresas, gestão ambiental e competitividade), pág.19 a 30, William Freire e Legislação Aplicável de Lili Reginaldo Pinto, bibliografia recomendada.	Disponibilizado na plataforma Google Classroom	
13	08/12/2022	Validade dos Autos de Infração e de Outras Exigências, Notificações – pág. 31 e pág. 97 - William Freire da bibliografia recomendada.	Disponibilizado na plataforma Google Classroom	
14	15/12/2022	Atividade Mineral em Áreas de Conservação e de Preservação Permanente, Reserva Legal - Criação de estações ecológicas – parque nacional sobre área mineralizada, indenizações cabíveis A orientação do STJ- bibliografia recomendada	Disponibilizado na plataforma Google Classroom	
15	22/12/2022	Indenizações e Penalidades - pág. 478 Lili Reginaldo Pinto da bibliografia recomendada	Disponibilizado na plataforma Google Classroom	
16	26/01/2023	Revisão geral de conteúdo	Disponibilizado na plataforma Google Classroom	
17	02/02/2023	Prova Final		